



Intervenção, Isabel Quintas

PENSÕES EM PORTUGAL

O objectivo desta intervenção é fazer uma reflexão, um pouco mais aprofundada do que o respectivo capítulo do nosso programa de acção 2012-2015, sobre as pensões em Portugal.

Segundo a legislação portuguesa no cálculo das pensões são consideradas duas componentes: o número de anos de trabalho com descontos para o sistema de segurança social e o valor das respectivas remunerações.

Caracterizando-se Portugal por ser um país com baixos salários e sendo estes, como atrás referi, um factor determinante para a fixação do valor das pensões, estas terão necessariamente valores baixos.

As pensões pagas pelo sistema público de segurança social abrangiam em Dezembro de 2011, 2 943 645 de pensionistas, sendo 1 951 031 de velhice, 282 697 de invalidez e 709 917 de sobrevivência.

A pensão média era de cerca de € 531,76 para os homens e de € 304,40 para as mulheres. No entanto, as pensões mínimas que se fixam em 4 escalões, conforme o número de anos de carreira contributiva considerada no cálculo da pensão, variavam entre € 254,00 para o 1º escalão e € 379,04 para o último escalão.

Cerca de 71,5% dos pensionistas de velhice auferem pensões mensais entre € 251,00 e € 500,00, sendo que entre os pensionistas de invalidez esta percentagem sobe para 83%.

De salientar que em 2011 as pensões não sofreram qualquer aumento e em 2012 apesar do alarido feito pelo governo PSD/CDS apenas foram aumentadas em € 7,64 mensais as pensões mínimas do 1º escalão, tendo-se mantido inalteradas todas as mínimas dos restantes 3 escalões.

O governo PS introduziu em Junho de 2007 novas regras de cálculo das pensões, cujo objectivo foi o de baixar os valores das pensões dos futuros pensionistas e introduziu o factor de sustentabilidade a aplicar a todas as pensões de velhice.

Este factor tem crescido anualmente de forma significativa, o que tem implicado a diminuição do valor da pensão ou a obrigação de trabalhar mais tempo. Todavia, num contexto de elevado desemprego esta hipótese torna-se cada vez mais difícil ou mesmo impossível para quem requerer pensão antecipada por desemprego de longa duração.

Segundo um estudo do Dr. Eugénio Rosa, entre 2008 e 2012 a redução causada pela introdução do factor de sustentabilidade no cálculo das pensões aumentou de 0,56% para 3,92%. Se este caminho continuar a ser seguido, quem se reformar em 2050 terá a sua pensão diminuída em cerca de 26% só devido à aplicação do referido factor de sustentabilidade.

Esta medida é justificada pela UE, pelo facto de a esperança média de vida ter aumentado, pelo que se deve trabalhar até mais tarde. Assim, quem pretender anular esta diminuição do valor da pensão terá de trabalhar mais anos.

É no mínimo desumano que se faça pagar desta maneira aos trabalhadores uma conquista civilizacional devida ao desenvolvimento científico e tecnológico da humanidade. Todavia, não se pode aqui também deixar de referir, que o aumento da esperança média de vida não abrange todos da mesma forma porque está associado à origem social, às condições de vida e ao acesso aos cuidados de saúde.

As medidas levadas a cabo pelos sucessivos governos PS/PSD/CDS, que têm conduzido a uma diminuição real dos salários, contribuirão também para o abaixamento do valor das pensões dos futuros pensionistas.

É importante desmistificar a campanha que tem vindo a ser desenvolvida pelo actual ministro da segurança social contra as pensões elevadas, tentando fazer passar a ideia de que as pensões em Portugal são geralmente baixas porque há um número significativo de pessoas que auferem pensões muito elevadas.

Nada de mais falso e enganador.

Segundo dados da PORDATA, em 2011, num universo de 1 661 629 pensionistas de velhice, apenas, 907 auferiam pensões superiores a € 5000,00 e entre € 2500,00 e € 5000,00 eram 10 846.

No entanto, é fundamental salientar, que para no regime público de segurança social se ter direito a uma pensão de € 5000,00 é necessário descontar mensalmente ao longo de uma longa carreira contributiva elevados montantes para o sistema público, que ajudam, de acordo com o princípio da solidariedade, a pagar muitas pensões mínimas.

Segundo o relatório e contas de 2011 da Caixa Geral de Aposentações, instituição a quem cabe legalmente o pagamento das pensões aos trabalhadores da função pública, o número total de aposentados e reformados era de 591 777.

As pensões mínimas deste regime apresentam 5 escalões e variam entre € 237,38 para reformados/aposentados entre 5 a 12 anos de serviço e € 404,44 para quem tivesse 30 ou mais anos de serviço.

Segundo o mesmo relatório, do número total das pensões de aposentação e reforma, 21,1% não ultrapassavam os 500 euros por mês, enquanto 50,0% não excediam os 1 000 euros. Com valores entre os 1 000 e os 2 000 euros havia cerca de 27%, enquanto 23% se situavam nos escalões superiores. Do universo de 453 129 aposentados e reformados, apenas, 5 235 auferiam pensões superiores a 4 000 euros. Estes dados também desmistificam a teoria das

pensões elevadas, com que os sucessivos governos tentaram intoxicar a opinião pública contra os trabalhadores da função pública.

O factor de sustentabilidade acima referido é também aplicado desde 2008 às pensões atribuídas pela Caixa Geral de Aposentações.

A luta dos reformados pela manutenção do pagamento dos chamados subsídios de férias e de Natal é da mais elementar justiça.

Pela lei de bases da segurança social é aplicável a tutela dos direitos adquiridos e em formação aos beneficiários do sistema previdencial. Estando o direito aos montantes adicionais de Julho e Dezembro consignado na legislação que regula a atribuição das pensões (DL 187/2007 de 10 de Maio, Artº 41º) os mesmos não podem legalmente ser retirados.

Não podemos aceitar que o governo venha afirmar que nos vai devolver em 2013 1,1 subsídio. Nós não aceitamos devoluções, nós temos direito ao pagamento integral de dois montantes adicionais de valor igual à pensão.

A retirada de qualquer montante só pode ter um nome: é um roubo aos pensionistas.

De igual forma temos de referir que a retirada de qualquer percentagem às pensões superiores a € 1350,00, conforme está previsto no OE para 2013 é também um roubo aos pensionistas e uma ilegalidade, porque tal como acima se referiu o valor da pensão resulta das regras cálculo legalmente estabelecidas e apenas estão sujeitas à taxação para IRS, o qual já vem sendo anualmente agravado. Qualquer outro desconto é um imposto que só poderá ser classificado como dupla tributação.

Não podemos também deixar de abordar a medida do governo PSD/CDS de suspensão da aplicação do regime de pensão de reforma antecipada, argumentando com a preocupação de estabilidade orçamental no quadro de Assistência Económica e Financeira, isto é o Pacto de Agressão.

Não perdendo de vista que a idade normal de acesso à pensão de velhice seja os 65 anos, não podemos, de modo nenhum ignorar, que a realidade actual no mercado de trabalho é muito difícil e stressante e que há trabalhadores com longas carreiras contributivas de 45, 50 e mais anos, constituídas por trabalhadores que no tempo do fascismo começavam a trabalhar mal acabavam o ensino primário, muitos com 12 anos ou pouco mais e que chegados aos 50 e tal anos estão esgotados e cansados, embora sem reunirem as condições para atribuição de uma pensão de invalidez.

Estas pessoas foram condenadas pelo governo a trabalhar até à exaustão ou a engrossarem ainda mais as fileiras do desemprego, único meio de poderem alcançar uma pensão de velhice antes dos 65 anos.

Se o conteúdo desta medida é altamente criticável pelo argumento atrás referido, a forma de secretismo como foi efectuada foi uma afronta aos direitos constitucionais.

O governo PSD/CDS tem lançado ataques aos direitos dos beneficiários da segurança social em todas as direcções. Até 30/06/2012 o valor do subsídio por morte correspondia a 6 vezes a média mensal dos dois anos de remunerações mais elevadas nos últimos 5 anos, sem limite máximo e com o limite mínimo de pelo menos 6 vezes o salário mínimo nacional.

O governo PSD/CDS introduziu o limite máximo de 6 vezes o valor do indexante de apoios sociais (IAS), pelo que o valor máximo a atribuir não pode ultrapassar € 2 515,32.

De salientar que o valor do IAS não é actualizado desde 2009, mantendo-se desde aquele ano em € 419,22.

Segundo já foi anunciado na comunicação social o governo prevê no OE para 2013 que o subsídio por morte seja reduzido para metade daquele valor, isto é, para € 1 257,66.

Os aposentados/reformados da função pública vão ser mais uma vez altamente penalizados com o OE para o próximo ano.

A convergência entre o regime da função pública e o da segurança social, instituído a partir de 2006 pelo governo anterior, previa o aumento gradual da idade de reforma, com o acréscimo de 6 meses em cada ano até 2014, vai ser alterado já em 2013, pelo que a partir desse ano a idade legal de reforma para a função pública passará a ser os 65 anos.

Segundo as propostas já entregues à Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública estas alterações são ainda mais gravosas porque prevêm que as novas regras de cálculo sejam aplicadas a requerentes de pensão em 2012 mas cujos processos a Caixa Geral de Aposentações só profira despacho de deferimento em 2013.

Isto é inqualificável porque penaliza os trabalhadores por atrasos aos quais são completamente alheios.

Os argumentos utilizados pelos sucessivos governos PS/PSD/CDS para a retirada de direitos aos beneficiários dos sistemas de segurança social é sempre o da sustentabilidade financeira da segurança social.

No entanto, convém salientar que a garantia da sustentabilidade financeira da segurança social passa pela diversificação das fontes de financiamento, nomeadamente legislando para que as contribuições para a segurança Social não sejam apenas em função dos salários dos trabalhadores, mas também em função do Valor Acrescentado Líquido (VAL) das empresas, por forma a que a riqueza criada pelos trabalhadores, e não distribuída em salários, constitua também base de incidência contributiva para a Segurança Social.

Uma política económica que vise a criação de emprego é também uma forma de dar sustentabilidade ao sistema público de segurança social.

Medidas como a integração dos pensionistas da banca na segurança social, para cumprimento de deficits públicos irrealistas a mando do exterior, só põem em risco a sustentabilidade financeira do sistema público.

Será sempre por medidas que visem diversificar as fontes de financiamento, adaptando-as à realidade económica e social actual, que se ultrapassará a realidade da evolução demográfica e não retirando direitos às actuais e às futuras gerações.

Camaradas e amigos, muitos de nós atingimos a qualidade de reformados numa idade antes do planeado, quer por força do flagelo do desemprego, quer porque as empresas tudo fazem para substituir a mão de obra com direitos por mão de obra a preço de saldo e sem direitos.

Assim, atingimos a qualidade de reformados numa idade em que ainda temos vitalidade e força para erguermos as nossas vozes e empenharmo-nos num combate firme e determinado para:

- **Exigir a actualização anual de todas as reformas e pensões;**
- **Exigir o pagamento dos montantes adicionais de Julho e Dezembro, vulgarmente conhecidos por subsídios de férias e de Natal, conforme está consagrado no diploma legal que regula a atribuição das pensões;**
- **Rejeitar qualquer medida que vise o aumento da idade legal de acesso à pensão de velhice (65 anos);**
- **Exigir a revogação das medidas legislativas que suspenderam o acesso à reforma antecipada, tendo em atenção as longas carreiras contributivas de muitos trabalhadores, que não têm condições físicas de continuar a trabalhar até aos 65 anos, embora não reúnam condições de acesso à pensão de invalidez;**
- **Exigir o respeito pelos direitos adquiridos e em formação conforme estipula a lei de bases da segurança social;**
- **Exigir uma Rede Pública de equipamentos e serviços de apoio à 3ª idade com qualidade e acessível a todos, independentemente do seu nível de rendimento e local de residência,**
- **Exigir que seja assegurada a sustentabilidade financeira da segurança social através da diversificação das suas fontes de financiamento, alargando a obrigatoriedade contributiva em função do Valor Acrescentado Líquido (VAL) das empresas, por forma a que a riqueza criada pelos trabalhadores e não distribuída em salários passe a constituir base de incidência contributiva para o sistema de segurança social;**